

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2018 na Usina de Lajeado foi marcado pelo aumento da geração de energia. Foram 3.603,6 GWh, uma elevação de 39,2% na comparação com 2017. Também atingimos 96,9% de disponibilidade das unidades geradoras (Índice apurado com base nos últimos 60 meses), nosso melhor desempenho, fruto da modernização de equipamentos e dos procedimentos de manutenção implementados. Merecem especial destaque nossos esforços voltados à segurança do trabalho. Foram 4.378 horas de treinamentos de segurança com o quadro próprio e outras 1.534 horas com terceiros. Adicionalmente, tivemos 1.773 horas de treinamentos técnicos. Não por acaso, há mais de oito anos não há registro de acidentes no local.

Para além dos resultados operacionais, no ano em que celebramos os 20 anos da pedra fundamental da Usina, a Investco se abriu ainda mais à comunidade. Foram mais de 2.000 visitas guiadas de escolas e associações à hidrelétrica. Inauguramos, ao lado da Prefeitura de Lajeado, a Praia do Segredo, um impulso para o turismo e a economia locais. E nosso apoio a provas de *triathlon* e de maratonismo aquático permitiu apresentar à sociedade os múltiplos usos do lago do reservatório da Usina, em Palmas, e a preservação ambiental realizada pela Empresa na região. Por meio de parceria com o Instituto Ayrton Senna, proporcionamos reforço escolar a 45 mil alunos da rede pública, além da capacitação de 2.170 profissionais da Educação no Tocantins.

Apesar do cenário ainda desafiador para o Brasil, em 2019 manteremos o compromisso com a melhoria contínua, a busca incessante pela segurança no trabalho, o fortalecimento de nossa cultura organizacional e o bom relacionamento com os *stakeholders*. Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pela dedicação e comprometimento.

### A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2018 a energia gerada foi de 3.603,6 GWh, 39,2% superior aos 2.588,6 GWh gerados em 2017 devido ao cenário hidrológico favorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 99,4%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 96,9% (apurada com base nos últimos 60 meses), índice superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 92,2%.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2018	2017	%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>144.888</b>	<b>176.791</b>	<b>-18,0%</b>
<b>Gastos não gerenciais</b>	<b>(1.439)</b>	<b>(1.155)</b>	<b>24,6%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	198	465	-57,4%
Encargos de uso da rede elétrica	(1.633)	(1.615)	1,1%
<b>Margem bruta</b>	<b>143.449</b>	<b>175.636</b>	<b>-18,3%</b>
<b>Gastos gerenciais</b>	<b>(82.487)</b>	<b>(81.528)</b>	<b>1,2%</b>
<b>Total PMSO</b>	<b>(29.239)</b>	<b>(30.352)</b>	<b>-3,7%</b>
Pessoal	(14.312)	(12.879)	11,1%
Materiais	(931)	(1.238)	-24,8%
Serviços de terceiros	(10.343)	(12.542)	-17,5%
Arrendamentos e alugueis	(398)	(401)	-0,7%
Provisões e contingências	1.388	(1.704)	-181,5%
Outros gastos gerenciais	(4.643)	(1.588)	192,4%
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(53.248)</b>	<b>(51.176)</b>	<b>4,0%</b>
Depreciação	(50.369)	(48.293)	4,3%
Amortização	(2.879)	(2.883)	-0,1%
<b>Resultado do serviço (EBIT)</b>	<b>60.962</b>	<b>94.108</b>	<b>-35,2%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>114.210</b>	<b>145.284</b>	<b>-21,4%</b>
Margem EBITDA	78,8%	82,2%	-4,1%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(19.145)</b>	<b>(32.569)</b>	<b>-41,2%</b>
Receitas financeiras	1.616	4.191	-61,4%
Despesas financeiras	(20.761)	(36.760)	-43,5%
<b>LAIR</b>	<b>41.817</b>	<b>61.539</b>	<b>-32,0%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.899)</b>	<b>(13.727)</b>	<b>-71,6%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.101)	(15.480)	-54,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.202	1.753	82,7%
<b>Lucro líquido</b>	<b>37.918</b>	<b>47.812</b>	<b>-20,7%</b>

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 144,9 milhões em 2018, queda de 18,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de R\$ 31,9 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciais** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 1,4 milhões no ano de 2018, aumento de R\$ 0,3 milhões quando comparado ao resultado de R\$ 1,2 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os **Gastos Gerenciais** (gastos com pessoal, material, serviços de terceiros, depreciação e amortização, outras despesas e provisões para contingências) totalizaram R\$ 82,5 milhões no ano de 2018, acréscimo de 1,2% em relação ao ano de 2017, principalmente devido alteração no prazo para depreciação das linhas de transmissão em virtude da expectativa para antecipação da transferência dos bens à Taesa, vencedora do Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL.

No ano de 2018 o **EBITDA** (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) alcançou R\$ 114,2 milhões, valor 21,4% inferior ao alcançado em 2017, devido à menor receita de arrendamento do período.

## BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2018 (R\$ mil)			2017 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	144.888			176.791		
Resultado operacional (RO)	60.962			94.108		
Folha de pagamento bruta (FPB)	11.137			11.126		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	879	7,9%	0,6%	882	7,9%	0,5%
Encargos sociais compulsórios	2.598	23,3%	1,8%	2.520	22,6%	1,4%
Previdência privada	306	2,7%	0,2%	287	2,6%	0,2%
Saúde	725	6,5%	0,5%	666	6,0%	0,4%
Segurança e saúde no trabalho	49	0,4%	0,0%	50	0,4%	0,0%
Educação	21	0,2%	0,0%	13	0,1%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	38	0,3%	0,0%	97	0,9%	0,1%
Creches ou auxílio-creche	41	0,4%	0,0%	51	0,5%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	1.065	9,6%	0,7%	1.105	9,9%	0,6%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros	273	2,4%	0,2%	278	2,5%	0,2%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>5.995</b>	<b>53,8%</b>	<b>4,1%</b>	<b>5.949</b>	<b>53,5%</b>	<b>3,4%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	75	0,1%	0,1%	56	0,1%	0,0%
Cultura	1.126	1,8%	0,8%	935	1,0%	0,5%
Saúde e saneamento	487	0,8%	0,3%	400	0,4%	0,2%
Esporte	514	0,8%	0,4%	-	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	24	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros	-	0,0%	0,0%	58	0,1%	0,0%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>2.226</b>	<b>3,7%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1.449</b>	<b>1,5%</b>	<b>0,8%</b>
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.145	8,4%	3,6%	8.952	9,5%	5,1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente*</b>	<b>5.145</b>	<b>8,4%</b>	<b>3,6%</b>	<b>8.952</b>	<b>9,5%</b>	<b>5,1%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2018			2017		
Nº de empregados(as) ao final do período	67			68		
Nº de admissões durante o período	2			5		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	63			83		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	ND			ND		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	16			17		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%			0%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5			4		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2018			2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	( x ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	( x ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 22% acionistas: 25% colaboradores: 14% retido: 15% terceiros: 23%			governo: 20% acionistas: 27% colaboradores: 9% retido: 28% terceiros: 18%		

7 - Outras Informações

N/A - Não Aplicável.

\*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção

O **Resultado Financeiro Líquido** em 2018 variou positivamente em R\$ 13,4 milhões, 41,2% em relação a 2017, principalmente em função do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferenciais das classes A, B e C (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39).

Desse modo a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 37,9 milhões, 20,7% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da menor receita de arrendamento e depreciação acelerada.

### INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2018 totalizaram R\$ 7,8 milhões sendo: R\$ 1,8 milhões em reservatórios, barragens e adutoras, R\$ 0,2 milhões em edificações, obras civis e benfeitorias, R\$ 5,5 milhões em máquinas e equipamentos e R\$ 0,3 milhões em Outros, 8,2% inferior ao ano de 2017.

### ENDIVIDAMENTO

O endividamento financeiro atingiu R\$ 93,3 milhões em 2018 (valor na sua totalidade referente às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) não apresentando variação significativa em relação ao endividamento do ano de 2017.

### MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2018 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2018, foram aportados R\$ 5,1 milhões entre gastos e investimentos voltados a proteção ambiental.

### CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

**Central de Atendimento:** Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

**Site:** Pelo endereço [www.investco.com.br](http://www.investco.com.br) a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa e a usina.

**Publicações em Jornais e Diário Oficial:** Pelos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

**Comerciais via rádio:** Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN com foco institucional e informativos com temas pontuais.

**Visitas à Usina:** Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina, acompanhados por técnicos das áreas de comunicação e/ou segurança do trabalho. Na ocasião, os visitantes assistem a um vídeo em 3D que demonstra todo o funcionamento da usina e a outro com orientações de segurança. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil e quinhentas pessoas de diferentes locais do país, e de outros países, conheceram a usina.

**Eventos externos:** A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco patrocina uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

### PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

**Programa EDP nas Escolas:** O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2018 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastião Sales, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema, foram contempladas com este programa. Foram beneficiados 680 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo o livro "Os Heróis descobrem os valores" que dissemina conceitos sobre os valores humanos. Além disso, 41 educadores participaram da oficina "Desenvolvendo Habilidades Socioemocionais". O Concurso Arte com Energia 2018, motivou alunos e professores a refletirem sobre o tema "Nossa energia para cuidar sempre melhor" utilizando a expressão artística fotografia de intervenções sociais, culturais ou ambientais como mecanismo desencadeador de reflexão sobre valores humanos. As escolas também receberam a Cia. Trem Bão de Teatro e Música, com o espetáculo teatral " Fabular - Valores Humanos das Fábulas".

**Projeto Aprender e Crescer:** Desenvolvido pela Associação Atlético Atenas, beneficiou 200 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.

**Horta Hidropônica - Cultivando pessoas do risco social a cidadania:** Desenvolvido pela Associação Aliança para um Futuro Melhor - ALIAR, o projeto visa contribuir para geração de renda de 40 famílias de Miracema, vítimas de violência doméstica, em situação de risco social, vulnerabilidade e bem como dependente químico quando este retorna do tratamento clínico-psicológico e que não possui oportunidade de reintegração social. Considerando que a comunidade a ser atendida tem sua origem essencialmente do meio rural, a produção de hortaliças vem para auxiliar no resgate da autoestima do recuperando e da sua família pelo trabalho, funcionando como uma mola propulsora na recuperação dos valores familiares perdidos e da dignidade cidadã, além de fomentar a alimentação saudável e a geração de renda para essas famílias atendidas.

**Boca Livre:** Iniciativa voltada a todos os colaboradores (inclusive terceiros) presentes no ambiente de trabalho. Consiste em apresentações de temas contemporâneos, que podem ou não fazer referência ao trabalho, mas que faz sentido à vida de forma geral. O tema "Propósito e motivação - insumos da segurança eficaz no trabalho..." reforçando o primeiro princípio da Cultura EDP "A vida sempre em primeiro lugar" e a importância do espírito de equipe.

### AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), em março de 2018, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2018. A KPMG iniciou a prestação de serviços em abril de 2018.

Em 2018, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)				
		Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.761	23.590	
Concessionárias	5	1.914	1.303	
Rendas a receber	6	12.682	15.620	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	12.306	16.891	
Outros tributos compensáveis	7	1.235	914	
Estoques	10	5.953	5.493	
Prêmio de risco - GSF	11	48	48	
Outros créditos	12	1.449	669	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>37.348</b>	<b>64.528</b>	
<b>Não circulante</b>				
Depósitos vinculados	20	635	713	
Prêmio de risco - GSF	11	443	491	
Outros créditos	12	175	96	
		<b>1.253</b>	<b>1.300</b>	
Imobilizado	13	1.081.565	1.126.517	
Intangível	14	11.825	14.619	
		<b>1.093.390</b>	<b>1.141.136</b>	
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.094.643</b>	<b>1.142.436</b>	

**TOTAL DO ATIVO**

**1.131.991**      **1.206.964**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)				
		Nota	2018	2017
<b>Receitas</b>		22	<b>144.888</b>	<b>176.791</b>
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>		23		
Custo do serviço de energia elétrica			(1.439)	(1.155)
Custo de operação			(69.539)	(68.138)
			<b>(70.978)</b>	<b>(69.293)</b>
<b>Lucro bruto</b>			<b>73.910</b>	<b>107.498</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>		23		
Despesas gerais e administrativas			(12.446)	(11.687)
Outras despesas e receitas operacionais			(502)	(1.703)
			<b>(12.948)</b>	<b>(13.390)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>			<b>60.962</b>	<b>94.108</b>
<b>Resultado financeiro</b>		24		
Receitas financeiras			1.616	4.191
Despesas financeiras			(20.761)	(36.760)
			<b>(19.145)</b>	<b>(32.569)</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>			<b>41.817</b>	<b>61.539</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		25		
Imposto de renda e contribuição social correntes			(7.101)	(15.480)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			3.202	1.753
			<b>(3.899)</b>	<b>(13.727)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>37.918</b>	<b>47.812</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>		26		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			0,06582	0,08465
ON			0,01223	0,01223
PNR			0,06582	0,08465
PNA			0,03669	0,03669
PNB			0,06582	0,08465
PNC				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)				
			2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>37.918</b>	<b>47.812</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>				
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(74)	63
Imposto de renda e contribuição social diferidos			25	(21)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>			<b>37.869</b>	<b>47.854</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)				
			2018	2017
<b>Geração do valor adicionado</b>			<b>167.894</b>	<b>204.031</b>
Receita operacional			159.953	195.055
Receita relativa à construção de ativos próprios			7.925	8.928
Outras receitas			16	48
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			<b>(23.338)</b>	<b>(26.879)</b>
Custos da energia comprada			214	506
Encargos de uso da rede elétrica			(1.799)	(1.779)
Materiais			(4.294)	(8.538)
Serviços de terceiros			(14.079)	(13.825)
Outros custos operacionais			(3.380)	(3.243)
<b>Valor adicionado bruto</b>			<b>144.556</b>	<b>177.152</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciações e amortizações			(53.381)	(51.303)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>			<b>91.175</b>	<b>125.849</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras			1.799	4.407
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>			<b>92.974</b>	<b>130.256</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta			10.499	9.417
Benefícios			2.273	1.837
FGTS			523	662
Impostos, taxas e contribuições				
Federais			19.780	33.094
Estaduais			663	111
Municipais			150	151
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros			20.761	36.760
Aluguéis			407	412
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio			23.688	35.019
			<b>78.744</b>	<b>117.463</b>
Lucros retidos			14.230	12.793
			<b>92.974</b>	<b>130.256</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS****EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**1.1 Concessão**

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm.

Em 3 de maio de 2017 o Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria nº 178, definiu o novo montante de garantia física da UHE Lajeado, passando a mesma dos antigos 526,6 MWm para os atuais 505,1 MWm, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

**1.1.1 Uso do bem público**

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$4.716, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.296 (R\$47.597 em 31 de dezembro de 2017) (Nota 19). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

**1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Base de preparação**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma informação material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2019. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

**2.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit, conforme nota 18.

		Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores		15	5.486	2.846
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		7		67.332
Outros tributos a recolher		7	6.100	8.644
Dividendos		16	22.910	32.541
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		17	5.529	8.488
Benefícios pós-emprego		18	31	23
Uso do bem público		19	4.998	4.574
Provisões		20	5.465	6.063
Outras contas a pagar		12	3.351	2.521
<b>Total do Passivo Circulante</b>			<b>53.870</b>	<b>133.032</b>
<b>Não circulante</b>				
Tributos diferidos		8	34.222	37.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		17	87.782	85.269
Benefícios pós-emprego		18	906	711
Uso do bem público		19	44.298	43.023
Provisões		20	14.207	16.972
Outras contas a pagar		12	828	863
<b>Total do Passivo Não circulante</b>			<b>182.243</b>	<b>184.276</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social		21.1	804.459	804.459
Reservas de capital		21.3	14.473	14.473
Reservas de lucros		21.3	76.622	70.351
Outros resultados abrangentes		21.4	324	373
<b>Total do Patrimônio líquido</b>			<b>895.878</b>	<b>889.656</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>1.131.991</b>	<b>1.206.964</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)					
			Nota	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro				41.817	61.539
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
Impostos diferidos				11	
Depreciações e amortizações				53.248	51.176
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados				2.291	132
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos				1.888	
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos				12.628	27.014
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				6.419	2.569
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				125	123
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas				(665)	3.785
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				564	92
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária				45	3.887
Amortização do prêmio de risco - GSF				48	48
Outros				(244)	(16)
				<b>118.175</b>	<b>150.349</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>					
Concessionárias				(611)	(379)
Imposto de renda e contribuição social a compensar				(1.788)	(1.532)
Outros tributos compensáveis				(932)	
Estoques				(460)	(654)
Depósitos vinculados				344	(59)
Rendas a receber				2.938	9.445
Outros ativos operacionais				(2.747)	(9)
				<b>(3.256)</b>	<b>6.812</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>					
Fornecedores				2.640	628
Outros tributos a recolher				(5.143)	(5.993)
Benefícios pós-emprego				4	(25)
Provisões				(5.042)	(7.233)
Uso do bem público				(4.720)	(4.731)
Outros passivos operacionais				773	654
				<b>(11.488)</b>	<b>(16.870)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>				<b>103.431</b>	<b>140.491</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>				<b>(69.289)</b>	<b>(18.249)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				<b>34.142</b>	<b>122.242</b>
Adições ao Imobilizado e Intangível				(6.145)	(8.569)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>				<b>(6.145)</b>	<b>(8.569)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos				(37.724)	(89.090)
Captação de empréstimos e financiamentos				39.676	
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos				(40.000)	
Pagamentos de encargos de dívidas				(11.778)	(26.705)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		28.1		<b>(49.826)</b>	<b>(115.795)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>(21.829)</b>	<b>(2.122)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				1.761	23.590
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				25.90	25.712
				<	

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento e que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias, a Companhia usualmente consulta assessores jurídicos externos a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada e, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

**2.7.1.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)**

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Administração da Companhia acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

**2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018**

**2.7.2.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente**

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial na data da adoção inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Os contratos que começaram e concluíram no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na nota 22, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes, também descritos na nota 22.

**2.7.2.2 CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações financeiras do exercício comparativo.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• **Classificação e mensuração**

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, sendo apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Já para os ativos financeiros, o pronunciamento simplifica o modelo de mensuração anterior e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo nas demonstrações financeiras:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Rendas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da norma.

• **Redução ao valor recuperável**

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Administração da Companhia decidiu pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando, quando aplicável, em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Concessionárias. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

Para mais informações sobre a nova política para cálculo da perda esperada, vide nota 5.

• **Contabilidade de hedge (Hedge accounting)**

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactaram a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

**2.7.2.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17**

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016.

Em relação às revisões acima, destaca-se as alterações no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação que trata das divulgações relativas aos instrumentos financeiros. Com a edição do CPC 48 foram incluídos no CPC 40 extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

A Companhia realizou uma análise para identificar os novos requerimentos de divulgação, destacando as divulgações pertinentes nas notas 5, 22 e 27.

A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

**2.7.2.4 IPCB 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento**

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da adoção deste pronunciamento.

**3 Eventos significativos no exercício**

**3.1 Captação de recursos**

Durante o exercício de 2018 a Companhia captou o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Cédula de Crédito Bancário	fev/18	ago/18	40.000	CDI + 1,20% a.a.	Capital de giro
			<b>40.000</b>		

Para mais informações sobre o recurso recebido acima, vide nota 17.2.1.

**3.2 Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA para as ações preferencias de classe "A"**

Em 2011 acionistas detentores de ações preferenciais classe "C" (PNC), apresentaram requerimento à CVM para que esta determinasse à EDP - Energias do Brasil, a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA das ações PNC por aumento de participação.

A análise realizada pela CVM sobre a conformidade das transações realizadas com as ações PNC no ano de 2008 concluiu que não houve a ocorrência do fato gerador da obrigação de realizar OPA por aumento de participação do controlador. No mesmo processo, a CVM concluiu que as aquisições de ações preferenciais classe "A" (PNA) efetuadas pela Rede Lajeado Energia S.A. (então sob controle do Grupo Rede Energia) ultrapassaram o limite de 1/3 da mesma classe de ações, o que ensejaria a obrigação da Lajeado Energia S.A. (sucessora da Rede Lajeado Energia S.A.) de realizar OPA das ações PNA.

Em atendimento à decisão proferida pela CVM, comunicada nos termos do Ofício nº 249/2017/CVM/SER/GER-1 de 24 de agosto de 2017, a Lajeado Energia protocolou, em 10 de outubro de 2017, Pedido de Registro de Oferta Pública de Ações por Aumento de Participação, para a realização da Oferta, sob procedimento diferenciado, conforme deferido pelo Colegiado da CVM na referida decisão.

Por meio do Ofício nº120/2018/CVM/SER/GER-1, de 8 de maio de 2018, a CVM concedeu o registro para a OPA por aumento de participação das ações PNA dirigida aos detentores dessa classe de ações. Em 5 de julho de 2018, houve o término do prazo para os acionistas destinatários da OPA manifestassem sua aceitação à oferta. Não houve adesão de nenhum acionista, fato este comunicado ao mercado e à CVM em 12 de julho de 2018.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	241	593
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.520	22.997
<b>Total</b>	<b>1.761</b>	<b>23.590</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 100,00% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

**9 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 16) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (RS/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	Não circulante	Não circulante	Operacionais	2018	2017
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>									
<b>Suprimento de energia elétrica</b>									
	EDP São Paulo	Controle Comum	192,67	01/08/2002 a 15/12/2032	167	151		2.140	2.124
	EDP São Paulo	Controle Comum	175,10	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5		66	66
<b>Uso do sistema de transmissão</b>									
	EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	18	17		231	222
					<b>190</b>	<b>173</b>		<b>2.437</b>	<b>2.412</b>
<b>Rendas a receber (Nota 6)</b>									
<b>Arrendamento UHE Lajeado</b>									
	Lajeado	Controladora direta			9.258	11.402		111.098	136.828
	CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	2.536	3.124		30.437	37.487
	Paulista Lajeado	Acionista não controlador			888	1.094		10.653	13.121
					<b>12.682</b>	<b>15.620</b>		<b>152.188</b>	<b>187.436</b>
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)</b>									
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)</b>									
	EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2018 a 31/12/2019	25	4	806	(993)	(775)
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)</b>									
	EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2018			22	20	(264)
									(268)
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)</b>									
	EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2018 a 31/12/2019				68	
<b>Contrato de prestação de serviços (d)</b>									
	EDP PCH	Controle Comum (*)		01/01/2017 a 31/12/2018				842	842
					-	-	25	4	828
					<b>12.872</b>	<b>15.793</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>828</b>
								<b>862</b>	<b>(347)</b>
								<b>154.278</b>	<b>187.963</b>

(\*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritas na nota de Garantias (Nota 29.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

**5 Concessionárias**

	Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	518	501
Energia de curto prazo	1.340	747
Encargos de uso da rede elétrica	56	55
	<b>1.914</b>	<b>1.303</b>

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

**6 Rendas a receber**

	Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017
Lajeado Energia	9.258	11.402
Paulista Lajeado	888	1.094
CEB Lajeado	2.536	3.124
	<b>12.682</b>	<b>15.620</b>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e alugueis (Nota 22), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2017 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2017 refletido no CA; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2018 em relação ao exercício anterior de 0,91 p.p..

**7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos**

	Nota	Saldo em		Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrência	Saldo em
		31/12/2017	Adição					
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		16.891	1.788	162	13.776	(1.184)	(19.127)	12.306
<b>Total Circulante</b>		<b>16.891</b>	<b>1.788</b>	<b>162</b>	<b>13.776</b>			<b>12.306</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>								
ICMS		15	11					26
PIS e COFINS		-	743				(743)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		818	273					1.091
IR/CS retidos sobre faturamento		48						48
Outros		33	37					70
<b>Total Circulante</b>		<b>914</b>	<b>1.064</b>				<b>(743)</b>	<b>1.235</b>
<b>Passivos a recolher</b>								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7.1	67.332	7.101	207	(55.513)		(19.127)	-
<b>Total Circulante</b>		<b>67.332</b>	<b>7.101</b>	<b>207</b>	<b>(55.513)</b>		<b>(19.127)</b>	<b>-</b>
<b>Outros tributos a recolher</b>								
ICMS		37	407		(409)			35
PIS e COFINS		1.429	14.925		(13.237)	(1.184)	(743)	1.190
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		121	441		(466)			96
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.2	6.747	4.526		(6.747)			4.526
Encargos com pessoal		310	127		(184)			253
<b>Total Circulante</b>		<b>8.644</b>	<b>20.426</b>		<b>(21.043)</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(743)</b>	<b>6.100</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**7.1 Imposto de renda e Contribuição social**

A totalidade do saldo em 31 de dezembro de 2017 era relativo ao recálculo do Imposto de renda e a Contribuição social decorrente dos juros das ações preferenciais. Em fevereiro de 2018 houve a liquidação do referido montante sendo pagos R\$55.353 e o saldo remanescente compensado com créditos dos referidos tributos.

**7.2 IRRF sobre juros s/capital próprio**

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$6.747 era relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2017 e foi liquidado em janeiro de 2018. Já o saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$4.526 refere-se ao JSCP deliberado no exercício de 2018 a ser liquidado em janeiro de 2019



**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.3 Vencimento das parcelas	
<b>Circulante</b>	
2019	5.529
	<b>5.529</b>
<b>Não circulante</b>	
2020	4.342
2021	3.995
2022	3.675
2023	3.381
2024 até 2028	13.253
2029 até 2032	59.136
	<b>87.782</b>
<b>Total</b>	<b>93.311</b>

**18 Benefício pós-emprego**

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, na modalidade de Contribuição definida, e planos de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado. A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Programas assistenciais	4			
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	27	23	906	711
	<b>31</b>	<b>23</b>	<b>906</b>	<b>711</b>

**18.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido**

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2018 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no exercício:

	Nota	Valor presente das obrigações do plano		(Passivo) reconhecido	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2017				(734)	(734)
Custo do serviço corrente				(45)	(45)
Custo dos juros	24			(80)	(80)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL				(74)	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2018				<b>(933)</b>	<b>(933)</b>

**18.2 Contribuição definida**

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enprepv, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras. Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$242 (R\$215 em 2017). Em 31 de dezembro de 2018 este plano tem a adesão de 50 colaboradores (48 em 31 de dezembro de 2017).

**19 Uso do bem público - UBP**

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1). O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 14) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em		Encargos e atualizações		Saldo em	
	31/12/2017	Ajuste a Valor presente	monetárias	Pagamentos	Transferências	31/12/2018
<b>Circulante</b>						
Uso do bem público	4.574	9	139	(4.720)	4.996	4.998
	<b>4.574</b>	<b>9</b>	<b>139</b>	<b>(4.720)</b>	<b>4.996</b>	<b>4.998</b>
<b>Não circulante</b>						
Uso do bem público	43.023	1.333	4.938		(4.996)	44.298
	<b>43.023</b>	<b>1.333</b>	<b>4.938</b>	-	<b>(4.996)</b>	<b>44.298</b>

**20 Provisões e Depósitos vinculados**

	Passivo				Ativo	
	Provisões				Depósitos vinculados	
	Circulante		Não circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	20.1		13.324	14.230	635	713
Licenças ambientais	20.2	5.465	6.063	883	2.742	
<b>Total</b>		<b>5.465</b>	<b>6.063</b>	<b>14.207</b>	<b>16.972</b>	<b>635</b>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

**20.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Provisões				Depósito judicial	
	Circulante		Não circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	125	1	(1)	24	149	454
Cíveis	9.831	416	(240)	1.668	11.675	
Fiscais	2.774		(1.805)	(969)	-	
Outros	1.500			1.500		
<b>Total Não circulante</b>	<b>14.230</b>	<b>417</b>	<b>(241)</b>	<b>(1.805)</b>	<b>723</b>	<b>454</b>

**20.1.1.1 Cíveis**

**Indenizações**  
Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem major indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.276 (R\$3.455 em 31 de dezembro de 2017).

**Desapropriações**

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$7.399 (R\$6.376 em 31 de dezembro de 2017). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro 2018 e 2017 é de R\$16.387 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 13.2).

**20.1.1.2 Fiscais**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo provisionado de R\$2.774 referia-se a discussões na esfera administrativa acerca da cobrança de multas por suposta ausência de escrituração de notas fiscais, relativo ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016. Em fevereiro de 2018 a Companhia aderiu ao REFIS do Estado do Tocantins instituído pela Lei nº 3.346/18, na modalidade de pagamento à vista, com aplicação dos benefícios previstos na lei, não havendo mais saldo provisionado em 31 de dezembro de 2018.

**20.1.1.3 Outros**

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

**20.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2018		31/12/2017	
Trabalhistas			51	26
Cíveis	97.270	98.889		
Fiscais	3.321	7.506		
<b>Total</b>	<b>100.591</b>	<b>106.395</b>	<b>51</b>	<b>26</b>

**20.1.2.1 Cíveis**

**Indenizações**  
Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2018 de R\$96.456 (R\$98.241 em 31 de dezembro de 2017). A variação no exercício é decorrente, principalmente, do encerramento com êxito de processo no montante de R\$16.338, após realizado acordo entre as partes em 19 de março de 2018.

**Desapropriações**

Referem-se a ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2018 de R\$68 (R\$58 em 31 de dezembro de 2017).

**Resolução CNPE nº 03/13**

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interps recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso.

O valor estimado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$628 (R\$426 em 31 de dezembro de 2017).

**20.2 Licenças Ambientais**

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$5.145 (R\$8.423 em 2017). Deste montante, R\$4.801 (R\$6.747 em 2017) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$344 (R\$1.676 em 2017) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em			Atualização			Ajuste a		Saldo em
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	monetária	Transferências	valor presente	31/12/2018		
<b>Licenças ambientais</b>									
Circulante	6.063	1.780	(4.801)	440	2.203	(220)		5.485	
Não circulante	2.742			168	(2.203)	176		883	
<b>Total</b>	<b>8.805</b>	<b>1.780</b>	<b>(4.801)</b>	<b>608</b>	-	<b>(44)</b>		<b>6.348</b>	

**21 Patrimônio líquido**

**21.1 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 17). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033. Não houve variação na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2018 face a 31 de dezembro de 2017. Segue a composição do Capital social:

	31/12/2018 e 31/12/2017												
	Em milhares de ações												
	Qtd. de ações	% "ON"	Partici-pação	Qtd. de ações	% "PNR"	Partici-pação	Qtd. de ações	% "PNA"	Partici-pação	Qtd. de ações	% "PNC"	Partici-pação	
<b>Acionistas</b>													
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98	
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94	
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57	
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39	
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82	
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21	
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09	
	<b>402.202</b>	<b>100,00</b>	<b>255.560</b>	<b>100,00</b>	<b>16.289</b>	<b>100,00</b>	<b>5.156</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>107.199</b>	<b>100,00</b>	<b>786.406</b>	<b>100,00</b>

**21.2 Destinação do lucro**

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
  - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
  - (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		37.918	47.812
Constituição da reserva legal - 5%	21.3	(1.896)	(2.390)
		<b>36.022</b>	<b>45.422</b>

**Destinação do lucro**

Dividendos intermediários - JSCP	16	23.688	35.019
Lucro do exercício a deliberar	21.3	12.334	
Dividendo adicional proposto	21.3.3		10.403
		<b>36.022</b>	<b>45.422</b>
		0,05112	0,11265
		0,01223	0,01223

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

**21.3 Reservas**

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Reservas de capital</b>			
Ágio na emissão de ações	21.3.1	14.473	14.473
		<b>14.473</b>	<b>14.473</b>

**Res**

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017					
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
	Com energia	De	Gerais e			
Nota	elétrica	operação	administrativas	Outras	Total	
Energia elétrica comprada para revenda		(465)			(465)	
Encargos de uso da rede elétrica		1.615			1.615	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.1		8.759	4.120	12.879	
Material			1.089	149	1.238	
Serviços de terceiros	23.2		7.345	5.197	12.542	
Depreciação			46.993	1.300	48.293	
Amortização			2.740	143	2.883	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1			1.704	1.704	
Aluguéis e arrendamentos				401	401	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(48)	(48)	
Outras		5	1.212	377	1.641	
<b>Total</b>		<b>1.155</b>	<b>68.138</b>	<b>11.687</b>	<b>1.703</b>	<b>82.683</b>

**23.1 Pessoal e Administradores**

	2018	2017
Pessoal		
Remuneração	7.391	6.316
Encargos	2.386	2.179
Previdência privada - Corrente	32	58
Benefício pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	242	196
Programa de demissão voluntária		2
Despesas rescisórias	180	391
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.048	1.076
Outros benefícios - Corrente	1.817	1.540
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	45	39
	<b>13.141</b>	<b>11.797</b>
Administradores		
Honorários e encargos	1.034	1.079
Benefícios dos administradores	137	3
	<b>1.171</b>	<b>1.082</b>
	<b>14.312</b>	<b>12.879</b>

**23.2 Serviços de terceiros**

	2018	2017
Serviços de consultoria	1.008	2.226
Serviços de manutenção	4.827	4.773
Serviços de limpeza e vigilância	1.403	1.394
Serviços ambientais	462	456
Serviços de informática	1.502	2.233
Serviços de publicação e publicidade	482	756
Serviços compartilhados	165	
Outros	494	704
	<b>10.343</b>	<b>12.542</b>

**24 Resultado financeiro**

	Nota	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.154	3.341
Energia vendida		126	19
Depósitos judiciais		266	
Juros e multa sobre tributos	7	162	354
Uso do bem público			416
Outros juros e variações monetárias			216
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(183)	(216)
Outras receitas financeiras		91	61
		<b>1.616</b>	<b>4.191</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(5.395)	(19.982)
Ajustes a valor presente	17.2	(7.233)	(7.032)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	7	(207)	(4.241)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(723)	(2.081)
Uso do bem público	19	(5.077)	
Benefícios pós-emprego	18.1	(80)	(84)
Outros juros e variações monetárias		(608)	
Ajustes a valor presente		(1.300)	(3.293)
Outras despesas financeiras		(138)	(47)
		<b>(20.761)</b>	<b>(36.760)</b>
		<b>(19.145)</b>	<b>(32.569)</b>

**25 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	IRPJ/CSLL	2018	2017
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		41.817	61.539
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		<b>(14.218)</b>	<b>(20.923)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(43)	2
Juros sobre o capital próprio		10.265	15.300
Juros sobre as ações preferenciais		(1.433)	(8.281)
Outras		(348)	
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		1.722	140
Incentivos fiscais		156	35
Despesa de IRPJ e CSLL		<b>(3.899)</b>	<b>(13.727)</b>
Alíquota Efetiva		9,3%	22,3%

**26 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	26.475	34.044
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.072	1.379
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	7.056	9.074
	<b>37.918</b>	<b>47.812</b>

Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)

Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<b>786.406</b>	<b>786.406</b>

Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)

Ordinárias (ON)	0,06582	0,08465
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,06582	0,08465
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,06582	0,08465

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 21.2	Resultado por classe de ações
<b>2017</b>			
Ordinárias (ON)	24.454	9.590	34.044
Preferenciais Classe "R" (PNR)	15.538	(12.412)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	990	389	1.379
Preferenciais Classe "B" (PNB)	313	(124)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	6.517	2.557	9.074
	<b>47.812</b>	<b>-</b>	<b>47.812</b>
<b>2018</b>			
Ordinárias (ON)	19.393	7.082	26.475
Preferenciais Classe "R" (PNR)	12.322	(9.196)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	785	287	1.072
Preferenciais Classe "B" (PNB)	249	(60)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	5.169	1.887	7.056
	<b>37.918</b>	<b>-</b>	<b>37.918</b>

**27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

**27.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

**27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	1.520	22.997	1.520	22.997
			<b>1.520</b>	<b>22.997</b>	<b>1.520</b>	<b>22.997</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	241	593	241	593
Concessionárias	5	Nível 2	1.914	1.303	1.914	1.303
Rendas a receber	6	Nível 2	12.682	15.620	12.682	15.620
Outros créditos - Partes relacionadas	9	Nível 2	25	4	25	4
			<b>14.862</b>	<b>17.520</b>	<b>14.862</b>	<b>17.520</b>
			<b>16.382</b>	<b>40.517</b>	<b>16.382</b>	<b>40.517</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	15	Nível 2	5.486	2.846	5.486	2.846
Uso do bem público	19	Nível 2	41.385	38.490	49.296	47.597
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17					
Moeda nacional		Nível 2	88.954	93.757	93.311	93.757
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	828	862	828	862
			<b>136.653</b>	<b>135.955</b>	<b>148.921</b>	<b>145.062</b>

**27.1.1.1 Ativos financeiros**

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

**• Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

**27.1.1.2 Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

**27.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e dos Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

**27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**27.2 Gestão de riscos**

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

<b>27.2.4 Risco de crédito</b>		
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:		
<b>• Concessionárias</b>		
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.		
O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.		
<b>• Rendas a receber</b>		
O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de <i>default</i> . Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.		
<b>• Caixa e Equivalentes de caixa</b>		
A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.		
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.		
As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o <i>rating</i> do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.		
A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com <i>rating</i> de crédito AAA.		
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.		
<b>27.2.5 Risco regulatório</b>		
As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.		
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.		
<b>27.2.6 Gestão de capital</b>		
Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.		
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Total dos empréstimos	93.311	93.757
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.761)	(23.590)
Dívida líquida	<b>91.550</b>	<b>70.167</b>
Total do Patrimônio Líquido	895.878	889.656
Total do capital	<b>987.428</b>	<b>959.823</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>9,27%</b>	<b>7,31%</b>

### 28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

#### 28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

			<b>2018</b>				
			<b>Efeito não caixa</b>				
	<b>Nota</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Efeito caixa</b>	<b>Ajuste a valor presente</b>	<b>Adições/baixas</b>	<b>Outros</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos	16	32.541	(37.724)		28.093		22.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	93.757	(12.102)	7.233	5.395	(972)	93.311
		<b>126.298</b>	<b>(49.826)</b>	<b>7.233</b>	<b>33.488</b>	<b>(972)</b>	<b>116.221</b>
			<b>2017</b>				
			<b>Efeito não caixa</b>				
		<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Efeito caixa</b>	<b>Ajuste a valor presente</b>	<b>Adições/baixas</b>		<b>Saldo em 31/12/2017</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos	43.920	(89.090)			77.711		32.541
Empréstimos, financiamentos e debêntures	94.942	(26.705)		7.032	18.488		93.757
	<b>138.862</b>	<b>(115.795)</b>		<b>7.032</b>	<b>96.199</b>		<b>126.298</b>

#### 28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas</b> Presidente	<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Conselheiro	<b>Hamilton Carlos Naves</b> Conselheiro
--	---	---

## DIRETORIA ESTATUTÁRIA

<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente, de Relações com Investidores e Administrativo	<b>João Marcos Assis da Silva</b> Diretor Vice-Presidente	<b>Plácido Gonçalves Meirelles Junior</b> Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação
<b>Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho</b> Diretor Vice-Presidente de Controle	<b>Rodolfo Colli da Cunha</b> Diretor Vice-Presidente	<b>Vitor Hugo Alexandrino da Silva</b> Diretor Financeiro

## CONSELHO FISCAL

<b>Allain Brasil Bertrand Júnior</b> Conselheiro	<b>Felipe Ha Jong Kim</b> Conselheiro	<b>João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa</b> Conselheiro
<b>Paulo Afonso Teixeira Machado</b> Conselheiro		<b>Ademir José Scarpin</b> Conselheiro

## CONTABILIDADE

<b>André Luis Nunes de Mello Almeida</b> Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	<b>Renan Silva Sobral</b> Gestor de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6 “S” TO
---	---

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Considerando as explanações realizadas, os membros do Conselho Fiscal examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta da administração para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, emiliram parecer favorável tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideram que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

<b>Allain Brasil Bertrand Júnior</b>	<b>João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa</b>	<b>Ademir José Scarpin</b>	<b>Paulo Afonso Teixeira Machado</b>	<b>Felipe Ha Jong Kim</b>
--------------------------------------	--	----------------------------	--------------------------------------	---------------------------

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Investco S.A.**

Miracema - TO

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

#### Ações preferenciais resgatáveis (Consulte as notas explicativas 17 e 21 às demonstrações financeiras)

A Companhia emitiu ações preferenciais de classes “A”, “B” e “C” que são resgatáveis até o término do contrato de concessão previsto em 15 de janeiro de 2033. Em razão de a Companhia não ter o direito de evitar a entrega de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, estas ações, conforme CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32), são classificadas nas demonstrações financeiras da Companhia como um instrumento financeiro de dívida, descontado a valor presente. O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018 apresenta referido instrumento financeiro no passivo circulante e não circulante pelo montante de R\$ 5.529 mil e R\$87.782 mil, respectivamente.

Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos envolvidos na avaliação das características do instrumento, tais como, forma de remuneração e possibilidade de resgate, resultando na classificação do instrumento como passivo financeiro.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a leitura das atas do Conselho de Administração e atas de assembleias dos acionistas para confirmar a existência de eventuais alterações nas condições das ações preferenciais classes “A”, “B” e “C”, que pudesse impactar a classificação contábil dos instrumentos financeiros. Avaliação da classificação do instrumento como passivo financeiro e recálculo dos valores de juros e ajuste a valor presente reconhecidos no exercício. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos das ações preferenciais resgatáveis, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de fevereiro de 2018, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

			<b>2018</b>	<b>2017</b>
Constituição de dividendos e JSCP a pagar			20.134	29.766
Provisão para custos com licença ambiental no intangível			1.780	359
<b>Total</b>			<b>21.914</b>	<b>30.125</b>

### 29 Compromissos contratuais e Garantias

#### 29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	<b>31/12/2018</b>				<b>31/12/2017</b>	
	<b>2019</b>	<b>2020 a 2021</b>	<b>2022 a 2023</b>	<b>A partir de 2024</b>	<b>Total geral</b>	<b>Total geral</b>
Responsabilidades com locações operacionais	928	1.670	140		2.738	204
Obrigações de compra Materiais e serviços	13.078	7.798	413	43	21.332	39.469
Prêmio de risco - GSF				312	312	297
	<b>14.006</b>	<b>9.468</b>	<b>553</b>	<b>355</b>	<b>24.382</b>	<b>39.977</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2018, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	<b>31/12/2018</b>				<b>31/12/2017</b>	
	<b>2019</b>	<b>2020 a 2021</b>	<b>2022 a 2023</b>	<b>A partir de 2024</b>	<b>Total geral</b>	<b>Total geral</b>
Responsabilidades com locações operacionais	928	1.756	156		2.840	161
Obrigações de compra Materiais e serviços	13.078	8.168	460	95	21.801	31.912
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	<b>14.006</b>	<b>9.924</b>	<b>616</b>	<b>967</b>	<b>25.513</b>	<b>32.945</b>

#### 29.2 Garantias

					<b>Limite máximo garantido</b>	
<b>Tipo de garantia</b>				<b>Modalidade</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Seguro de vida				Aval de acionista	9.662	9.385
Ações judiciais			(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia		7.743	7.743
					<b>17.405</b>	<b>17.128</b>

### 30 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	<b>31/12/2018</b>		<b>31/12/2017</b>	
	<b>Valor em risco</b>	<b>Limite máximo de indenização</b>	<b>Valor em risco</b>	<b>Limite máximo de indenização</b>
Subestações	16.135	16.135	25.736	
Usina	1.004.817	200.000	972.428	225.736
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.101	1.101	1.101	1.101
Transportes (veículos)	360	360	1.600	1.600
Seguro de vida	9.662	(*)	9.385	(*)

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.389.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$18.218;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.000; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$3.731.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim  
Contadora CRC 1SP220280/O-9